

A PRÁTICA DE ANÁLISE LINGUÍSTICA E O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Data de aceite: 04/07/2023

Rafaella Sales da Silva

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco/ UFPE. Mestra em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE/CAA (2017), pós-graduada em Metodologia do Ensino de Língua portuguesa e Literatura, graduada em Pedagogia pela Faculdade Intervale (2022), graduada em Letras- Inglês pela Faculdade de Ciências e Letras de Caruaru (2010). É professora efetiva de língua portuguesa da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. Tem experiência na área de Educação, dedicando-se, principalmente, ao estudo de temas relativos ao ensino de língua portuguesa, aos saberes e práticas docentes.

Jadilson Marinho da Silva

Possui graduação em Letras pelo Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco (2010), graduação em Pedagogia pela Faculdade Mantense dos Vales Gerais (2021), especialização em Linguagens, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (2022), especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional (2021), especialização em Língua Brasileira de Sinais (2020), especialização

em Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Cândido Mendes (2015), especialização em Ensino de Língua Portuguesa pela Faculdade de Ciências Educacionais (2014), Mestrado (2017) e Doutorado em Ciências da Educação (Diploma reconhecido pela Universidade Federal de Goiás). Integra o Núcleo de Pesquisa em História e Cultura Política, Educação e Diferenças Culturais (AESA/ CESA). Na Educação Superior possui experiência nas áreas de Letras e Educação, com ênfase em Literatura Brasileira, Literatura Comparada, Educação Inclusiva, formação docente, avaliação e currículo.

RESUMO: Este artigo objetiva discutir o tratamento dado à prática de análise linguística no livro didático de Língua Portuguesa. Sabe-se que o ensino de gramática tradicional tem sido alvo de críticas sistemáticas ao longo dos anos, ademais, refletimos sobre como a concepção de língua como interação proporciona a criação da prática de análise linguística. Ainda discutimos que embora os livros didáticos desempenhem um papel importante nas aulas, eles precisam ser analisados com critérios, visto ainda apresentarem desafios

para concretizarem em suas atividades uma concepção sociointeracionista de língua.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Linguística. Livro didático. Língua Portuguesa.

ABSTRACT: This article aims to discuss the treatment given to the practice of linguistic analysis in Portuguese textbooks. It is known that the teaching of traditional grammar has been the target of systematic criticism over the years, in addition, we reflect on how the conception of language as interaction provides the creation of the practice of linguistic analysis. We still discuss that although textbooks play an important role in classes, they need to be analyzed with criteria, since they still present challenges to materialize a sociointeractionist conception of language in their activities.

KEYWORDS: Linguistic Analysis. Textbook. Portuguese Language.

Há aproximadamente quase 40 (quarenta) anos, o ensino de gramática tradicional tem sido, no Brasil, alvo de críticas sistemáticas pela sua concentração na memorização de regras e taxonomias. Desde então, defende-se um deslocamento desse ensino para a reflexão sobre a linguagem em uso, articulada à leitura e à produção de textos. Resultado, sobretudo, de mudanças conceituais no campo do ensino de língua, orientadas, especialmente, por uma concepção interacionista de linguagem; na qual a língua é vista como espaço de interação social.

Fundamentado nessa concepção de linguagem, Geraldi (2012 [1984]) propôs, em substituição ao ensino tradicional de gramática, a “prática de análise linguística” articulada aos eixos de leitura e produção de textos. É importante salientar que essa expressão não surgiu por uma preferência por novas terminologias (substituir o termo “gramática” por “análise linguística”), mas pela necessidade da criação de um novo objeto de estudo para as aulas de língua portuguesa. Para esse autor, a prática de análise se fundamenta na compreensão de que todo falante de uma língua possui capacidade linguística de refletir sobre a própria língua, isso o possibilita comparar, selecionar e tomar decisões para uso das formas linguísticas mais adequadas para as situações comunicativas que se envolve.

Geraldi, inicialmente, defendia que essa reflexão sobre os fenômenos linguísticos deveria acontecer a partir dos textos dos próprios alunos. O objetivo principal da análise linguística era a reescrita dos textos dos estudantes. Contudo, essa prática não deve se restringir à correção dos erros das produções dos estudantes, mas buscar situações para reflexão sobre a linguagem e adequação aos seus objetivos comunicativos. Logo, esse trabalho, deve se contrapor ao ensino tradicional de gramática.

Morais (2002) ao refletir sobre o termo “análise linguística” chama a atenção para a complexa ampliação do eixo de ensino de “gramática”, que a partir de então, além de incluir os conhecimentos relativos à notação escrita (“adequação”, “coerência” e “coesão” em gêneros discursivos diversos) e à norma² linguística de prestígio social (concordância verbo-

1 Essa discussão foi iniciada pelo autor em 1981, nos Cadernos da *FIDENE* e, depois, no livro *O texto na sala de aula*, publicado, em 1984, pela editora Assoeste e, posteriormente, pela Ática.

2 O conceito de norma é amplo. Uma primeira aceção é a de que norma constitui aquilo que é regular na língua, sem o

nominal), engloba aspectos que dizem respeito à discursividade (“adequação”, “coerência” e “coesão” nos mais diversos gêneros discursivos). Por esse ângulo, entendemos que a “análise linguística” não é um eixo que deve ser trabalhado de modo fragmentado nas aulas de Português, mas sim, um meio de contribuir para o desenvolvimento de leitores habilidosos e escritores proficientes.

Esse novo entendimento da proposta de análise linguística defende que a reflexão sobre língua não deve se limitar apenas ao nível da palavra³ e da frase, pois o foco é a análise sobre o texto e o discurso, atentando inclusive, para a reflexão sobre os recursos linguísticos empregados nos textos de autores consagrados e não exclusivamente às produções dos alunos. De acordo com Mendonça (2006), a “prática de análise linguística” estaria destinada “a uma nova perspectiva de reflexão sobre o sistema linguístico e sobre os usos da língua, com vistas ao tratamento escolar de fenômenos gramaticais, textuais e discursivos” (MENDONÇA, 2006, p. 205).

Esses encaminhamentos têm sido amplamente divulgados nos últimos anos e podem ser percebidos na elaboração de documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio e a Base Curricular Comum de Pernambuco. Entretanto, os professores e os livros didáticos ao buscarem inovar o ensino de leitura e escrita, apresentam dificuldades no desenvolvimento de atividades que privilegiem a análise e reflexão sobre a língua (SALES, 2017; CAVALCANTI, 2015; MORAIS, 2002; NEVES, 1990).

Sendo assim, entendemos ser importante refletir sobre o modo como os livros didáticos de Língua Portuguesa (LDLP) têm tratado no desenvolvimento de suas atividades a prática de análise linguística. Será que as atividades têm contemplado a reflexão sobre os diferentes aspectos que compõem a língua? Os LDLP têm em seus encaminhamentos prezado por uma concepção sociointeracionista de língua? Enfim, esses são questionamentos interessantes que poderiam ser temas para pesquisas futuras.

O LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO DE ANÁLISE LINGUÍSTICA

Como vimos na seção anterior, os debates acadêmicos, na década de 1980, inspirados na concepção de língua como interação, questionaram o tratamento dado ao ensino de Língua Portuguesa na escola. Um dos elementos também criticados foi o livro didático de língua portuguesa. Santos, Albuquerque e Mendonça (2007) apontam que alguns estudos buscaram evidenciar que os LD, em especial, o LDLP alicerçava-se em

estabelecimento de qualquer juízo valorativo. Já a segunda noção é restritiva, pois implica o conceito de normatividade, ou seja, de prescrição daquilo que deve ser, “segundo o parâmetro legitimado, em geral, pelos grupos mais escolarizados e com maior vivência em torno da comunicação escrita. Esse viés prescritivo acaba por entrar no corpo dos cânones gramaticais” (ANTUNES, 2007, p. 86).

³ Há aspectos da língua que podem ser trabalhados fora do texto de uma maneira mais recorrente, como é o caso da ortografia. Desse modo, o estudo desse aspecto da língua não precisa, portanto, estar necessariamente vinculado às situações de produção e revisão de textos.

práticas tradicionais⁴, perpetuava preconceitos, apresentava uma valorização da norma considerada “padrão da língua”, conseqüentemente, desvalorizava as variantes linguísticas pertencentes às camadas menos favorecidas da sociedade.

Assim como as autoras citadas, entendemos que as críticas apresentadas aos LD são legítimas, todavia, é necessário considerar alguns aspectos. Por mais oposições que o LD possa receber, continua apresentando-se com um dos principais instrumentos utilizados pelos professores no desenvolvimento de suas práticas e, por vezes, é o único instrumento de acesso à tematização dos conhecimentos, (in)formação sobre o ensino de língua (BRÄKLING, 2003). Até mesmo, aqueles professores que não adotam um LD específico para as suas ações, pesquisam atividades em diferentes manuais didáticos para utilização em sala de aula. Em face dessa realidade, Batista (2003) afirma que os LD são ainda propensos a assumir uma função estruturadora do trabalho pedagógico, pois

tendem a apresentar não uma síntese dos conteúdos curriculares, mas um desenvolvimento desses conteúdos; a se caracterizar não como um material de referência, mas como um caderno de atividades para expor, desenvolver, fixar e, em alguns casos, avaliar o aprendizado; desse modo, tendem a ser não um apoio ao ensino e ao aprendizado, mas um material que condiciona, orienta e organiza a ação docente, determinando uma seleção de conteúdos, um modo de abordagem desses conteúdos, uma forma de progressão, em suma, uma metodologia de ensino, no sentido amplo da palavra (BATISTA, 2003, p.47).

Compreendendo a importância do LD, surgiu a necessidade de contribuir na qualidade dos manuais didáticos que auxiliam os professores na formação linguística dos estudantes. Assim, o MEC deu início, em 1995, ao desenvolvimento do Programa Nacional do Livro Didático- PNLD, que busca submeter os manuais a uma rigorosa análise e avaliação. Após esses procedimentos é publicado um guia (Guia de Livros Didáticos), que proporciona um auxílio aos professores no momento de escolha do LD (BAGNO, 2010; ALBUQUERQUE; COUTINHO, 2006; BATISTA, 2003).

Perante essas considerações, entendemos que para que um LDLP seja aprovado pelo PNLD, é preciso que o mesmo atinja aos critérios requisitados para cada eixo do ensino de Língua Portuguesa, que se inspirem na concepção de língua como interação. Logo, os LDLP para receberem a aprovação do PNLD necessitam que sua proposta de trabalho esteja em sintonia com as orientações vigentes para o ensino de leitura, de produção textual e de AL.

No que se refere ao eixo da AL, os objetivos estabelecidos pelo Guia do Livro Didático PNLD (2017-2019) para avaliação dos LDLP- do ensino fundamental - anos finais- são o desenvolvimento das capacidades do estudante de utilizar a língua e a linguagem com proficiência na sua modalidade oral, na escrita e ser capaz de analisar fatos da língua

4 Nesta pesquisa, o termo “ensino tradicional” não deve ser compreendido como algo negativo, mas como um conjunto de práticas que se firmaram ao longo dos anos. Há aspectos da tradição que são positivos. Contudo, há outros que, devido aos avanços das ciências da linguagem e da educação, precisam ser repensados.

e da linguagem.

É sabido que as avaliações promovidas pelo PNLD, ao longo dos anos, sem dúvida promoveram mudanças significativas na elaboração dos manuais didáticos. Entretanto, o ensino de AL ainda provoca investigações, isso é o que algumas pesquisas têm demonstrado (BIRUEL, 2002; SILVA; BIRUEL; MORAIS, 2003), pois há um maior investimento em estudos que tratam os eixos de leitura e produção de textos nos LDLP.

Apesar de termos melhorias nos LDLP no que se refere à análise linguística, os manuais didáticos ainda apresentam dificuldades em concretizar mudanças preponderantes na didatização dos aspectos de normatividade a partir das referências vigentes que orientam o estudo da linguagem e da didática da língua. Silva (2012) explica que vivenciamos um momento de apropriação dessas discussões acadêmicas. Logo, a acomodação dessas prescrições por parte dos professores e dos LD nem sempre corresponde àquelas prescritas pelos especialistas.

Neste sentido, entendemos ser pertinente analisar a maneira como os LDLP abordam as atividades de AL, mas também, confrontar como os docentes as utilizam/modificam no desenvolvimento de suas ações. Por fim, consideramos pertinente para compreensão da acomodação dos discursos oficiais para o ensino de língua por parte dos professores trazer a discussão sobre os saberes e os fazeres docentes, pois esses profissionais não são passivos às orientações impostas e aos LD.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BATISTA, A. A. G. A avaliação dos livros didáticos: para entender o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). In: Rojo, R; BATISTA, A. A. G. (Org.). **Livro de língua portuguesa, letramento e cultura escrita**. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

BRÄKLING, K. L. A gramática nos LDs de 5ª a 8ª séries: “que rio é este pelo qual corre o Gânges?”. In: Rojo, R; BATISTA, A. A. G. (Org.). **Livro de língua portuguesa, letramento e cultura escrita**. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

BIRUEL, A. M. S. **Análise linguística nos livros didáticos recomendados pelo PNLD 2000-2001**: o tratamento dado aos aspectos de normatividade. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

GERALDI, J. W. Unidades básicas do ensino de português. In: GERALDI, J. W. **O texto na sala de aula**. (Org.). São Paulo: Anglo, 2012.

MENDONÇA, M. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. In: BUZEN, C; MENDONÇA, M; KLEIMAN; et al. (Orgs.). **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MORAIS, A. G. Monstro à solta ou... "Análise Linguística" na escola: apropriações de professoras das séries iniciais ante as novas prescrições para o ensino de "Gramática". **Anais da 25ª Reunião Anual da ANPEd**. Caxambu: ANPEd, 2002.

NEVES, M. H. M. **Gramática na escola**. São Paulo: Contexto, 1990.

SALES, R. S. **Saberes e práticas mobilizados por professores de língua portuguesa dos anos finais do ensino fundamental ao ensinar gramática/análise linguística**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2017.

SANTOS, C. F.; ALBUQUERQUE, E. B. C.; MENDONÇA, M. Alfabetização e letramento nos livros didáticos. In: SANTOS, C. F.; MENDONÇA, M. (Org.). **Alfabetização e letramento: conceitos e relações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, A. Ensino de gramática/análise linguística: uma análise de depoimentos de professores dos anos iniciais do ensino fundamental. In: **Anais da 35ª Reunião Anual da ANPEd**. Caxambu: ANPEd, 2012.

SILVA, A., BIRUEL, A. M. S.; MORAIS, A. G. Como os livros didáticos das séries iniciais tratam o ensino e a aprendizagem da pontuação? **Anais do XVI EPENN**. São Cristóvão: UFS, 2003.